

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Washington Quaquá fala em pacificação do país

Vice-presidente do PT quer que Lula dê anistia se for reeleito

Vice-presidente do PT e prefeito de Maricá (RJ), Washington Quaquá sugere que o presidente Lula passe a defender uma anistia aos condenados por golpismo. A medida seria concedida caso ele seja reeleito.

Para Quaquá, o anúncio ajudaria Lula a conquistar parte do eleitorado de centro. Segundo ele, a polarização detectada pelas pesquisas revela que ainda há necessidade de uma “pacificação do país”. “Lula tem que dar anistia e olhar pra frente”, diz.

O prefeito, porém, quer que a anistia não retire a inegibilidade dos que foram condenados por tentar um golpe de Estado. Frisa também a necessidade de manter os condenados presos por mais um tempo.

Banqueiro no camarote

Para Quaquá, o presidente precisa conquistar uma parcela do empresariado — gostou de saber pela coluna que o presidente do banco BTG Pactual, André Esteves, esteve com Lula no camarote no Sambódromo.

Nessa linha, defende que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, coordene a campanha de reeleição, seja, no máximo, candidato ao Senado por São Paulo, e prepare um projeto de Brasil para os próximos 30 anos.

Agência Brasil/Divulgação Nações Unidas/Milton Grant



Nelson Mandela (1918-2013), ex-presidente da África do Sul

Justiça reparativa

Acostumado a bater de frente com setores mais ortodoxos do partido, Quaquá classifica a anistia como parte de um projeto de justiça restaurativa, a exemplo da implementada por Nelson Mandela, na África do Sul, após o fim do regime racista do apartheid.

Para ele, esse processo classifica de pacificação incluiria também anistia para jovens que tenham sido condenados por tráfico de drogas. Segundo o prefeito, sem uma limpeza de suas fichas criminais, esses presos jamais conseguirão trabalho e reinserção social.

Conselhos para Benedita

Após ter defendido a candidatura ao Senado, pelo PT fluminense, do cantor Neginho da Beija-Flor — que não aceitou o convite —, Quaquá passou a apoiar, para a vaga, a deputada Benedita da Silva.

Quaquá diz, porém, que Benedita tem que ir para o interior e sair do circuito “do PT Zona Sul”. Ele indicou para a primeira suplência o vereador carioca Felipe Pires (PT).

O amigo

Outro empresário que esteve com Lula no Sambódromo foi José Seripieri Filho, o Júnior, dono da Amil. Amigo do presidente, chegou a lhe emprestar seu jatinho para que ele fosse ao Egito logo depois da eleição de 2022. Apenas os líderes do PT, PDT e PP na Câmara aceitaram o convite de Lula para passarem por lá.

Os pés do PP

Lula comemorou a ida do líder do PP, Dr. Luizinho (RJ). O partido mantém um P em cada barco. Ano passado, afastou o deputado André Fufuca (MA), que não aceitou sair do Ministério do Esporte, mas ele continua filiado ao partido. O PP ainda não definiu se apoiará algum candidato na eleição presidencial.

Abraço

Na madrugada de ontem, Dr. Luizinho, que desfila na Beija-Flor, deu um forte abraço no presidente de honra da escola, Anísio Abraão David, o Anísio, que usa triciclo para se movimentar. O cumprimento foi diante do Setor 1, quando o bicheiro, antes do desfile da atual campeã, distribuía adereços para o público.

Chapa mineira

No camarote, Lula aproveitou para dizer qual será a chapa que o PT apoiará em Minas Gerais: para governador, Rodrigo Pacheco (União Brasil); para vice, Tadeu Martins Leite (MDB), presidente da Assembleia Legislativa. Para o Senado, a prefeta de Juiz de Fora, Margarida Salomão. Ela, porém, tem dito que quer ficar onde está.

No desfile

Para não criar problemas com a Justiça Eleitoral, ministros petistas não desfilaram na Acadêmicos de Niterói, que homenageou Lula. Mas deputados aliados marcaram presença na escola. Entre eles, Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e os petistas Reimont e Dimas Gadelha (ambos do RJ) e Carlos Veras (PE).

Drogas na pista

Fiel ao espírito e ao comportamento de Rita Lee, a Mocidade Independente não economizou referências a drogas ilegais em seu desfile. O primeiro carro trazia vários cogumelos, usados em chás alucinógenos; o terceiro, uma ovelha negra fumando um cigarro de maconha; o sexto, tubos de lança-perfumes.



Moraes determinou a operação da PF em pleno Carnaval

Acessos a dados levam Moraes a contra-ataque

Auditoria identificou entradas em contas de ministros

Por Beatriz Matos

Uma auditoria interna da Receita Federal identificou uma sequência de acessos sem justificativa a dados fiscais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do procurador-geral da República e de familiares e foi o estopim da operação deflagrada nesta terça-feira (17) pela Polícia Federal (PF).

A pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), o ministro do STF Alexandre de Moraes autorizou quatro mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. São investigados três servidores da Receita Federal e um do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), mas não houve prisões.

Vazamentos

Segundo nota do gabinete de Moraes, foram constatados “diversos e múltiplos acessos ilícitos” ao sistema da Receita, seguidos de possível vazamento de informações sigilosas. A PGR apontou aderência inicial ao crime de violação de sigilo funcional (artigo 325 do Código Penal), mas destacou que a divulgação fragmentada pode ter sido usada para produzir “suspeitas artificiais, de difícil dissipação”.

Entre os nomes auditados está o procurador-geral da República, Paulo Gonet. A Receita esclareceu que não foi detectado

acesso a dados fiscais sigilosos de Gonet ou de seus familiares, mas confirmou que a auditoria foi solicitada para todos os indicados pelo STF.

Diante do que classificou como indícios de acessos ilícitos e possível vazamento de informações sigilosas, o ministro Alexandre de Moraes impôs uma série de medidas cautelares aos investigados antes mesmo da conclusão das apurações.

Foram determinados o afastamento imediato das funções públicas, a proibição de acesso aos sistemas da Receita Federal e do Serpro, a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático, além do uso de tornozeleira eletrônica e recolhimento domiciliar no período noturno. Também houve cancelamento de passaportes e impedimento de saída do país.

“Bodes expiatórios”

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional) manifestou preocupação com a adoção de medidas cautelares antes da conclusão técnica das apurações e defendeu respeito ao devido processo legal e à presunção de inocência.

Em nota, a entidade afirmou que “os Auditores-Fiscais da Receita Federal não podem, mais uma vez, ser transformados em bodes expiatórios em meio a crises institucionais ou disputas que não lhes dizem respeito”.